



*Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas*

ISBN 978-85-65957-03-8

Por dentro da instituição prisional: uma análise do espaço carcerário e de seus sujeitos

Laís Luz de Menezes*

A temática do crime, da prisão, da política e da justiça criminal vem ganhando a cada dia mais espaço nas discussões acadêmicas. É possível observar esse fenômeno principalmente a partir do século XX, quando os historiadores passaram a se debruçar sobre novas fontes de trabalho, estando incluídas nessa nova perspectiva as fontes criminais e policiais. Com isso, pode-se observar uma consolidação desse campo de trabalho, o que tem levado muitos pesquisadores a se interessarem por essa área.

Nesse sentido, o trabalho que aqui se apresenta corresponde ao meu projeto de pesquisa de mestrado e é fruto desse anseio pelo desenvolvimento de pesquisas que utilizem essas novas fontes, estando também ligado à proximidade que tenho com o objeto da pesquisa, já que desempenho o cargo de agente penitenciário, desde 2010, na Penitenciária Estadual de Alcaçuz (PEA) localizada no município de Nísia Floresta, a maior do estado do Rio Grande Norte, que abriga uma média de 800 homens em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado. Em razão da minha proximidade com o espaço do cárcere, desenvolvi certa curiosidade e senti necessidade de estudar e compreender a instituição prisional, assim como os agentes que a integram, suas práticas, interesses, discursos, conflitos e semelhanças.

É oportuno salientar que a pesquisa mostra-se viável, tendo em vista a existência de uma vasta bibliografia sobre o tema, que será primordial para o embasamento teórico da pesquisa; levando-se em consideração a ampliação dos estudos sobre a temática do mundo do crime e do cárcere, com a publicação de vários livros, dissertações e teses sobre o assunto, não somente na área de história, mas também em outras áreas, como a antropologia, a psicologia, as ciências sociais e o direito. Sendo assim, o trabalho também dialogará com outras áreas do conhecimento. Além disso, a minha proximidade com o objeto a ser pesquisado, torna mais fácil o desenvolvimento do trabalho, visto que as fontes a serem utilizadas estão ao meu alcance imediato.

Em meio a esse contexto de surgimento e desenvolvimento de trabalhos ligados à temática criminal, mais uma vez se justifica a pesquisa que pretendo realizar. Muito embora

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (PPGH/CCHLA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com ênfase em História e Espaços.



estejam sendo desenvolvidas diversas pesquisas nessa área, no Rio Grande do Norte ainda é muito reduzida essa área de pesquisa, sendo oportuno salientar que não existem trabalhos acerca do espaço da Penitenciária Estadual de Alcaçuz, que é a principal do Estado. Então, a pesquisa mostra-se relevante, pois irá permitir que um grande número de pessoas tenha acesso à história social dessa instituição, do seu modo de funcionamento e das relações que lá se estabelecem.

Ao se tratar da temática da punição e prisão, deve-se destacar o trabalho de Michel Foucault no livro “Vigiar e Punir”. Foucault (1987) apresenta um trabalho a respeito das instituições judiciais e penitenciárias antigas e modernas e trata a pena como um meio de coerção e suplício, de disciplina e aprisionamento do homem, portanto, uma forma de controle social. Assim, é possível compreender a prisão como uma instituição disciplinar. Com o transcorrer dos séculos, Foucault (1987) nos ensina que houve uma mudança na maneira de punir. As penas que antes traziam um sofrimento excessivo ao corpo do prisioneiro (fim do século XVII e início do século XVIII), tornaram-se mais brandas (séculos XVIII e XIX), passando a atingir não apenas o corpo do condenado, mas a sua alma. Isso pode ser observado a partir do momento que o indivíduo é aprisionado numa instituição carcerária, tendo obrigatoriamente que se submeter à ordem e disciplina que lhe são impostas e conseqüentemente às relações de poder que ali estão estabelecidas.

Assim, tomando como referência esses estudos que problematizam a questão prisional, o trabalho que pretendo desenvolver apresenta como temática “uma análise do espaço do cárcere e dos agentes que o constituem na Penitenciária Estadual de Alcaçuz”, buscando apresentar a maneira de funcionamento dessa instituição e, a partir daí, investigar as relações sociais que ali são estabelecidas. Partindo dessa temática, buscarei resolver os seguintes questionamentos: O que o espaço do cárcere vem produzindo nos agentes que o constituem? Qual a importância do espaço carcerário na construção das relações sociais que ali se estabelecem? Como os agentes ocupam e se apropriam do espaço carcerário?

Conforme já afirmado, há uma vasta bibliografia a respeito da temática, merecendo destaque as seguintes obras: *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault; *Manicômios, prisões e conventos* de Erving Goffman; e *A questão penitenciária*, de Augusto Thompson.



A obra de Michel Foucault, *Vigiar e Punir* é um clássico que trabalha a temática do crime e da punição, nos apresentando um histórico a respeito das formas de punição, que, foram evoluindo, passando a atingir não apenas o corpo do condenado, mas também a sua alma. Com relação à punição que afeta a alma do transgressor, é possível identificá-la nas instituições carcerárias, nas quais os infratores têm obrigatoriamente que se submeter à ordem e disciplina que lhe são impostas e conseqüentemente às relações de poder que ali estão estabelecidas. Nesse sentido, Foucault (1987) afirma que as práticas disciplinares do ambiente prisional tornam o homem domesticável/domável. Ou seja, enquanto estiver naquele ambiente será obrigado a se submeter às regras ali impostas, nem que para isso tenha de ser submetido a algum sofrimento físico. As práticas disciplinares são, portanto, armas de poder, alcançando não somente o condenado, mas toda a sociedade, já que são capazes de criar o sentimento de medo da punição.

No que diz respeito ao poder ligado à questão da disciplina no ambiente prisional, observa-se que há uma aproximação entre *Vigiar e Punir*, de Foucault e a obra *A questão penitenciária*, de Thompson, pois ambas abordam essa ligação. Em *A questão penitenciária*, o autor defende que “a cadeia não é uma miniatura da sociedade livre, mas um sistema peculiar, cuja característica principal, o poder, autoriza a qualificá-lo como um sistema de poder” (THOMPSON, 1998:19). Afirma ainda que:

a característica mais marcante da penitenciária, olhada como um sistema social, é que ela representa uma tentativa para a criação e manutenção de um grupamento humano submetido a um regime de controle total, ou quase total. As regulações minuciosas, estendendo-se a toda área da vida individual, a vigilância constante, a concentração de poder nas mãos de uns poucos, o abismo entre os que mandam e os que obedecem, a impossibilidade de simbiose de posições entre os membros das duas classes – tudo concorre para identificar o regime prisional como um regime total (THOMPSON, 1998:22).

Assim, observa-se que Thompson também dá ênfase à questão do poder em sua abordagem sobre o espaço da prisão, dando destaque à concentração do poder, que fica nas mãos de poucos, enquanto a massa desprovida de tal poder, deve se submeter a ele. Também é um clássico o livro *Manicômio, prisões e conventos* de Erving Goffman, no qual o autor trabalha o conceito de “instituição total”, definindo-a como:



Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas

ISBN 978-85-65957-03-8

4

um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal (GOFFMAN, 1961:11)

Conforme observado, a obra de Goffman não aborda apenas o ambiente prisional como “instituição total”, mas também outros ambientes que possuem características espaciais semelhantes, tais como escolas e hospitais. Assim, destaca como características dessas instituições:

em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e abrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 1961:17-18)

Ao abordar a temática espacial, esse espaço da prisão será entendido como uma instituição total, um espaço disciplinar e um sistema social em operação. O primeiro conceito é definido como: “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1961, p. 11). Já o espaço disciplinar é conceituado como:

esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído (FOUCAULT, 1987, p.221).

O espaço prisional enxergado enquanto um sistema social em operação “representa uma tentativa para a criação e manutenção de um grupamento humano submetido a um



regime de controle total, ou quase total” (THOMPSON, 1998:22). Observa-se, portanto, que há uma aproximação entre a obra de Thompson e a de Goffman, pois ambos fazem referência a um regime de controle total ao abordar a questão o conceito de cadeia:

o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas – seja ou não uma necessidade ou meio eficiente de organização social nas circunstâncias - é o fato básico das instituições totais, Disso decorrem algumas conseqüências importantes. Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica (...), mas vigilância - fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros (GOFFMAN, 1961:18).

Entretanto, para estudar esse espaço, também utilizarei o conceito do geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) que trabalha com as noções de espaço e lugar, entendendo o espaço como mais abstrato que o lugar. Assim, para ele, o que se inicia como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e atribuímos valores a ele, sendo, portanto, dotado de um subjetivismo, enquanto que o espaço está ligado à objetividade. Haverá o uso dessa concepção espacial, porque ao pesquisar o espaço prisional e buscar compreender como os sujeitos o entendem e dele se apropriam, faz-se necessário entrar no terreno das subjetividades, dos valores que cada um atribui aos lugares, por exemplo, a cela, o castigo, o refeitório, a sala de aula etc.

Com relação ao conceito de espaço prisional, a pesquisa também o entenderá enquanto espaço panóptico, que é apresentado por Foucault na obra *Vigiar e Punir*:

esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos — isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1987: 221).

No que se refere ao dispositivo panóptico, Foucault afirma que este é organizado em “unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 1987:224). Diante disso, afirma que o efeito mais importante do panóptico é:



induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício (FOUCAULT, 1987:225).

Foucault estabelece uma relação entre o espaço panóptico e o poder, afirmando que:

o panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça (FOUCAULT, 1987:228).

Ainda nessa relação, segundo Foucault, o dispositivo panóptico é “um local de troca entre um mecanismo de poder e uma função; é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função para essas relações de poder” (FOUCAULT, 1987: 230). Nesse sentido, a pesquisa instrumentalizará o conceito de poder de Michel Foucault, entendendo o poder como algo que se exerce ou se pratica nas relações. Foucault estabelece ainda uma relação entre poder e disciplina entendendo poder como um mecanismo social que se volta para a disciplina do indivíduo. Assim, tal conceito se amolda ao trabalho, já que serão pesquisadas as relações cotidianas, sociais e culturais no espaço do cárcere, incluídas aí as relações de poder.

Deste modo, já que a pesquisa terá como foco o espaço, faz-se extremamente necessário ouvir os sujeitos que o integram, logo, a metodologia da história oral será utilizada, assim como serão utilizados como fontes documentos da própria instituição prisional, como inquéritos, processos criminais, sindicâncias e prontuários. Ao se trabalhar com a história oral, automaticamente, estamos trabalhando com as memórias dos depoentes, assim, desde os anos 60 e 70, quando a história oral se estabeleceu como prática e movimento, os historiadores orais debatem questões referentes à memória e história.

De acordo com Henry Rousso (2006), no que diz respeito a esse entrelaçamento entre os campos da história e da memória, a história oral tem sido essencial, não tanto por seus produtos, mas mais por seus processos, pois possibilita um envolvimento maior na recuperação e na reapropriação do passado. Como a utilização da história oral nos leva,



obrigatoriamente, a estabelecer uma relação com a memória, a pesquisa privilegiará o uso de dois conceitos de memória: de Henry Rousso e de Paul Ricouer. No sentido básico do termo, Rousso conceitua a memória como a presença do passado:

é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 2006, p. 94).

Portanto, para ele, toda memória é coletiva e tem como atributo garantir a continuidade do tempo e permite resistir à alteridade, “ao tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana. Constitui, então, um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Já para Paul Ricouer, a memória também está intimamente relacionada ao passado, pois não teríamos outro recurso de referência ao passado, senão a própria memória. Inclusive, estaria vinculada à memória a pretensão de ser fiel ao passado, sendo a memória o melhor que temos para significar algo que aconteceu.

Embora exista essa relação íntima da memória com o passado, não se pode esquecer que a memória também se relaciona com o presente. Nesse sentido, Rossi (2010) afirma que, tendo por base as exigências do presente, a memória reconfigura sempre o passado. Ou seja, é se baseando pelo que está sendo vivenciado no presente, que são construídas as narrativas dos sujeitos sobre o passado.

Quando se aborda a temática da memória, automaticamente, está sendo tratada a questão do esquecimento. Isso porque, ao construírem as narrativas, os sujeitos esquecem algumas coisas, consciente ou inconscientemente. Assim, o esquecimento é considerado parte integrante da memória. Para Paolo Rossi (2010) esse “apagar” tem a ver com esconder, ocultar, despistar, afastar a verdade, destruí-la. Já Paul Ricouer (2007) trabalha com a ideia de um esquecimento positivo, esclarecido, o qual serviria, por exemplo, de proteção. Assim, para ele, as deficiências procedentes do esquecimento não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas, mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória. Cabe, portanto, ao pesquisador de história oral atentar para esses esquecimentos, investigá-los, questioná-los.



Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **A identidade do preso e as leis do cárcere**. São Paulo: USP, 2008. (Dissertação).

_____. **Reintegração social: discursos e práticas na prisão – um estudo comparado**. São Paulo: USP, 2012. (Tese)

BUCKERIDGE, Fernanda Cazelli. **Por entre as grades: um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina**. São Paulo: USP, 2011. (Dissertação).

CARVALHO FILHO, Luiz Francisco. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. São Paulo: USP, 2010. (Dissertação).

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

LOPES, Rosalice. **Prisioneiras de uma mesma história: o amor materno atrás das grades**. São Paulo, 2004. (Tese).

LOURENÇO, Arlindo da Silva. **O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. São Paulo: USP, 2010. (Tese).

OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. **Códigos de sustentação da linguagem no cotidiano prisional do Rio Grande do Norte: Penitenciária Estadual de Parnamirim**. Natal: UFRN, 2010. (Tese).



*Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio:
Saberes e práticas científicas*

ISBN 978-85-65957-03-8

9

PETER FILHO, Jovacy. **Reintegração social**: um diálogo entre a sociedade e o cárcere. São Paulo: USP, 2011. (Dissertação).

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSSI, Paolo. **O Passado, a Memória, o Esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: EDUNESP, 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Cláudia Gabriele da. **Mulher como sujeito da criminalidade: um estudo sobre a realidade das presidiárias do complexo penal Dr. João Chaves – Natal/RN**. Natal: UFRN, 2008. (Dissertação).

TEIXEIRA, Bruno Ferreira. **Gato escaldado em teto de zinco quente: uma análise do sistema penitenciário**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Dissertação).

TEIXEIRA ARTHUR, Angela. **As origens do “Presídio de Mulheres” do Estado de São Paulo**. São Paulo: USP, 2011. (Dissertação).

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.